

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Museu Nacional/UFRJ

PROJETO DE PESQUISA:

O Reformatório Agrícola Indígena entre os Krenaks

Nome: José Gabriel Silveira Corrêa

Introdução

Os trabalhos sobre populações indígenas, conhecidos como etnologia, tem sido um dos campos de maior investimento da pesquisa antropológica. A história das pesquisas se confunde com a própria implementação e desenvolvimento da disciplina no Brasil (Melatti: 1982 e 1984). A diversidade destes trabalhos, todavia, não é distribuída de maneira uniforme, já que alguns grupos e “regiões etnográficas” têm contribuído, em contraste com outros, com um maior destaque e material de pesquisa acumulado (Melatti, 1990). Estas diferenças regionais ou tribais encaradas freqüentemente como vicissitudes da etnologia e sua história, entretanto são importantes pistas para se entender porque alguns grupos não tem sido alvo de pesquisas e estudos sistemáticos.

Um dos esforços mais interessantes para buscar entender os motivos desses “interesses” preferenciais, são dois textos (*“A viagem de volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas”*, de 1993 e *“Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais: uma etnologia dos Índios misturados”*, de 1997) de João Pacheco de Oliveira, que refletindo a partir de um desses temas preteridos (“índios do Nordeste”¹), tentam compreender porque certos “grupos” e “regiões” têm passado ao largo de investimentos sistemáticos da pesquisa antropológica. A análise proposta se inspira, entre outros, nos trabalhos de Fredrik Barth, vê as limitações explicativas dos modelos utilizados por etnólogos como a raiz desta ausência bibliográfica e da própria dificuldade de estudar estes grupos de uma maneira menos residual. Assim é que a centralidade que a busca da “distintividade” acaba tendo para grande parte dos trabalhos que se dispõem a pensar os grupos indígenas (americanismo tropical) e suas relações com a sociedade nacional (teorias do contato), torna estes modelos explicativos insuficientes para dar conta da trajetória e do presente dos “índios do nordeste”, já que estes são marcados por um intenso contato com populações camponesas, e não mantêm os sinais diferenciadores² (língua, homogeneidade biológica, diferença tecnológica, rituais distintos da população circunvizinha, etc...) que são vistos por este modelo explicativo como sinais concretos da especificidade étnica

em relação às “populações nacionais”. A abordagem por centrar-se demais naquilo que Barth (1969) chama de “cultural stuff”, acaba ignorando as dimensões dinâmicas e negociadas da identidade, e desqualificando valorativamente aqueles grupos que “perderam” estas características. O papel fundamental para delimitar o grupo étnico, que a diferença e o isolamento ocupam, acabam construindo pré-classificações e esterilizando a capacidade explicativa para grupos que não se enquadram no modelo. Ao pensar os grupos étnicos como sistemas fechados (original ou essencialmente), tanto os estudos de aculturação como o próprio americanismo tropical instituem também uma hierarquia implícita de autenticidade, onde os grupos que “preserva(ra)m sua cultura” são lidos sempre como “mais índios” do que outros³. A hierarquia dos objetos produzida por este modelo explicativo se reflete nas pesquisas, já que existe mais valor simbólico em pesquisar “índios autênticos” do que “índios misturados”⁴.

Esta leitura das áreas menos privilegiadas analiticamente como o nordeste, guarda semelhança com outros grupos que já não se encontram e estado “puro” na “natureza” (Oliveira, 1997). No caso específico dos Krenak, grupo indígena “do” estado de Minas Gerais, este seria um dos indicativos da pouca bibliografia existente sobre o grupo. Um dos problemas dos textos⁵ é o seu caráter introdutório, o que pode ser indicativo da relativa “indigência” deste grupo em termos de pesquisas. Contudo a maior dificuldade está na maneira como o grupo é visto pela maioria dos trabalhos (Paraíso, 1991 e 1992; Marcatto, 1979; Soares, 1993; Dias Filho, 1990), neles os Krenak são descritos em relativo isolamento, as relações sociais entre os Krenak e os demais grupos (funcionários do SPI, arrendatários, etc.) sendo apresentadas como eventos, e assim simplificando-se o quadro das relações interétnicas.

Dentre os trabalhos levantados, apenas dois procuram deslocar este eixo interpretativo, analisando a trajetória dos Krenak por um ângulo que não atribua as ações dos outros grupos unicamente o caráter de práticas **sobre** os Krenak, mas que considere as mesmas dentro de uma perspectiva mais dinâmica e relacional, são eles: a tese de doutorado em sociologia de Jonathan Winddance Warren, “Reimagining Indianness: Posttraditional Indians and the Politics of Race

in Brazil” e a dissertação de mestrado em antropologia social de Sidnei Clemente Peres, “Arrendamento e terras indígenas: análise de alguns modelos de ação indigenista no Nordeste (1910-1960)”.

A tese de Warren se dedica a entender os “índios do leste”, enquanto uma unidade maior de análise, abarcando as comunidades indígenas dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia⁶. Seu trabalho refaz o campo social e os atores que interagem com estas comunidades, mostrando como estas trajetórias apesar de diferentes não podem ser pensadas enquanto isoladas, já que a própria distinção se constitui, em grande parte, nas relações (conflituosas ou não) entre estes grupos, além de indicar a existência instituições que possuem um escopo de atuação não restrito a apenas uma das comunidades.

A sofisticação aparente da argumentação de Warren, presente na crítica aos enfoques substancialistas e as percepções dele derivadas – como a de que esses grupos seriam meros oportunistas se utilizando da identificação étnica para obter terras (capítulo 2) – todavia não resiste a uma observação mais acurada. Como já ressaltai em outro texto (Corrêa, 1998), o trabalho de Warren padece de um problema que limita a utilização dos dados colhidos, e conseqüentemente a capacidade explicativa do texto: o demasiado “apego” as categorias utilizadas, bem como as questões propostas para serem respondidas. Este problema acaba inutilizando o que seria o “esforço” complexificador proposto pelo autor. Ao evitar abordagens mais localistas e pensar outra unidade explicativa (“Índios do Leste”), Warren apenas transfere a “distintividade” para um nível mais macro – índios pós-tradicionais se contrapondo aos tradicionais – e descarta a possibilidade tanto de semelhanças entre estes dois “tipos” de índios, quanto a existência de especificidades internas aos grupos, chapando sua explicação neste nível maior. O achatamento explicativo das categorias está profundamente imbricado com a hipótese que Warren quer demonstrar: a existência de racismo no Brasil.

Afora ser no mínimo temerário falar em racismo no Brasil a partir dos dados que Warren levanta, a busca da confirmação (ou não) da existência de racismo é antes de tudo um “problema social” transformado em “problema sociológico”(ver

Sigaud), um debate nascido dentro do cenário político americano⁷ e que Warren transforma em uma questão de mais ou menos consciência.

O outro trabalho, de Sidnei Clemente Peres, apesar de não se dedicar exclusivamente aos Krenak), é um trabalho que se propõe repensar as trajetórias de diversos grupos a partir da chegada, implementação e atuação do órgão indigenista (SPI) entre diversos grupos. Ao contrário de Warren, objetiva-se neste trabalho resgatar os modelos de atuação do SPI, neste caso regionais, sem contudo restringir a este nível, já que a atuação do SPI é pensada a partir de situações locais, não retirando-se as especificidades das relações interétnicas de cada grupo, sem excluir também a possibilidade de que parte destas relações ultrapassam a dimensão local.

Os Krenak e a formação do campo indigenista

Segundo os textos trabalhados, os Krenak são um grupo indígena que tem suas origens na região dos Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha, e habitavam a região limítrofe entre os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, sendo um dos grupos conhecidos como Botocudos ou Aimorés (Paraíso, 1992: 420-421; e Marcatto, 1979: 33-35). Com o declínio da mineração, no fim do século XVIII, a região mencionada que antes era tratada como um tampão de proteção das zonas mineiras passa a ser uma área de expansão fundiária (Paraíso, 1992: 415-418) reportam-se ao mesmo período os primeiros relatos de contatos hostis entre “civilizados” e indígenas. É, porém na segunda metade do século XIX que esta expansão toma força e que as primeiras tentativas de aldear os Botocudos são realizadas, como o aldeamento capuchinho de Itambacury, fundado em 1873, e pensado como uma das estratégias de reduzir os constantes embates na região entre os índios e os colonizadores⁸. A segunda década deste século marca a chegada do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN), órgão indigenista oficial. A entrada da agência governamental, como bem frisam Lima (1995) e Peres (1992), representa não só uma tentativa de reduzir conflitos regionais, garantir um espaço de proteção aos

índios e permitir a construção das ferrovias Bahia-Minas e Vitória-Minas como indica Paraíso(1991: 13 e 1992: 420), mas sim transformar as populações autóctones em trabalhadores nacionais, e também organizar e ordenar os próprios trabalhadores nacionais, além da distribuição fundiária local. A ambição do projeto, parece assim constituinte do início das atividades do órgão indigenista, que visavam:

“... a colonização dos sertões brasileiros, a construção da nacionalidade, onde houvesse uma fraca presença do Estado. Isto significava estabelecer a tutela sobre a população sertaneja e sobre os processos de valorização do espaço, através da atuação frente às populações indígenas.” (Peres, 1992: 13)

A entrada do SPI na área acaba configurando numa nova situação histórica⁹ e sendo demarcadora de uma nova modalidade de relações onde o SPI assume a função de mediador entre os Krenak e a sociedade nacional. O posto indígena Guido Marlière funciona assim nos moldes do que Lima (1995) chama, o centro de uma prática pedagógica estatal, passando a atuar no sentido de não só transformar os índios em cidadãos brasileiros, mas também através da inserção de arrendatários na área indígena (Peres, 1992: 45-52) de modernizar a ocupação do solo pelos trabalhadores nacionais. O Posto Indígena é pensado, assim, como ponto mais avançado na construção da nação brasileira, segundo a perspectiva da “utopia política tutelar” de construir um “microcosmos da sociedade nacional tutelada”:

“ Portanto, o território nacional era inventado através da implantação de procedimentos técnicos e instrumentos mais aperfeiçoados de utilização do espaço. E o principal agente condutor de tal tarefa era o Estado, que tecia uma ampla rede de controles, constituidora do seu próprio objeto de aplicação: índios e trabalhadores nacionais.” (Peres, 1992, pag.14)

As tentativas de reger pedagogicamente estas populações acabam sucumbindo aos conflitos internos entre índios e arrendatários, bem como a disputas entre o SPI, e os poderes locais e estaduais. Este acirramento dos atritos parece ser um

dos motivos elencados (junto com a descoberta de uma mina de mica) para a doação da área indígena a Polícia Florestal de Minas Gerais e a criação do Horto Florestal do rio Doce (administrado pela Polícia Florestal), e a transferência dos Krenak para o posto indígena Maxakali no mesmo ano (Paraíso, 1991: 17). Os Krenak após dificuldades no convívio com os Maxacalí (Paraíso, 1991: 17) retornam a área do horto onde passam a conviver com os administradores do horto, sem a assistência do SPI até o ano de 1966, já próximo da criação do reformatório.

Relações Interétnicas e atuação do órgão indigenista

Para fugir dos paradoxos e pré-conceitos produzidos por uma análise substancializadora, tem-se buscado abordagens menos fechadas e que assim possam entender a dinâmica e a complexidade das relações sociais. Inspirados nas colocações de Barth (1966, 1969), nas críticas a rigidez dos modelos de inspiração estrutural-funcionalista e estruturalista e seu efeito simplificador de análise, diversos trabalhos têm procurado reconstruir a complexidade das relações e sua dimensão histórica, além de retirar a visão evolucionista das relações entre grupos indígenas e a sociedade nacional. Um dos eixos de pesquisa tem sido pesquisar as relações entre grupos indígenas e órgão de proteção oficial (SPI/FUNAI).

Este projeto se insere dentro desta perspectiva para procurar entender a criação e o funcionamento do Reformatório Agrícola Indígena Krenak, “centro de reeducação”(Marcatto, 1979: 37) ou “presídio”(Paraíso, 1992: 422), que funcionou em continuidade à área onde do posto indígena onde se encontravam os Krenak, do final da década de 60 até meados da década de 70¹⁰.

Para realizar tal objetivo, primeiramente tentar-se a reconstruir mais precisamente o campo das relações interétnicas no qual os Krenak estão envolvidos neste século e assim procurar descrever as interações ou conflitos dentro da área indígena. O texto de Dias Filho (1990) é o único trabalho

encontrado até o presente momento que procura dar conta do presídio como objeto. Sua pesquisa baseada em material arquivado no SEDOC do Museu do Índio e no Arquivo Público Mineiro, além de entrevistas com índios Krenak e antigos funcionários do reformatório (1990: 4-6), inventaria e dá pistas de algumas informações sobre o presídio. O trabalho retraza as ligações dos funcionários do SPI/FUNAI com autoridades locais e regionais, atribuindo a estas ligações e as disputas fundiárias no local, bem como a criação da FUNAI na época da ditadura militar como “motivos” para criação do reformatório em 1967 e a transferência dos Krenak para Carmésia/MG.

As hipóteses arroladas por Dias Filho contudo não parecem esgotar as propostas de pesquisa aqui levantadas. A alternância do argumento de Dias Filho que ora centra-se no chefe da Ajudância Minas-Bahia (chefe regional da FUNAI), ora atribui ao “presídio” uma continuidade com os quartéis e a militarização da região no século XIX, parece não esgotar explicativamente a criação do presídio¹¹. A caracterização do Capitão Pinheiro como mentor do “presídio” parece ser simples demais, já que como o próprio Dias Filho indica em seu trabalho, que Pinheiro não indicava os internos do reformatório, partindo a ordem de Brasília, e portanto de acordo com as determinações da direção geral da FUNAI. Pensar tão pouco o “presídio” como criação da FUNAI também me parece conter problemas, já que a criação do órgão e do presídio data do mesmo ano (1967), além do que como já ressaltam Antônio Carlos de Souza Lima (1995: 195-198) e Sidnei Clemente Peres (1992: 107), a idéia de criação de uma colônia penal indígena é uma proposta antiga dentro do SPI (anterior inclusive ao Governo Vargas). A criação do presídio parece ter também ligações com a criação em 1966 da Guarda Rural Indígena (GRIN), organizada no mesmo estado. (Soares, 1993: 138; Paraíso, 1991: 18 e 1992:422).

Assim parece que para tentar se responder perguntas como: o motivo que levou a transferência dos Krenak para o posto indígena Fazenda Guarani em Carmésia/MG, a procedência dos índios “lotados” no reformatório, os motivos que justificam a transferência, o envolvimento dos Krenak no funcionamento e os efeitos produzidos pelo funcionamento do reformatório na área indígena Krenak,

há necessidade de se reconstituir não só localmente as relações entre a FUNAI e os Krenak, mas também compreender o reformatório pela ótica da FUNAI e do SPI. Somados a estes dados, o mapeamento da literatura que enfoque instituições totais (Goffman, 1987) e sobretudo as prisões e campos de concentração (Pollak, 1990), imagina-se, darão conta de compreender a eficácia do projeto pedagógico/punitivo que foi o Reformatório Agrícola Indígena Krenak.

Metodologia

A etapa de levantamento de dados concentrar-se-a, e concentrará nos primeiros 4 meses, e consistirá basicamente de levantamento bibliográfico em arquivos. As instituições que preferencialmente serão consultadas são: o setor de documentação (SEDOC) no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, os arquivos sobre o reformatório na sede da FUNAI em Brasília, os arquivos do PETI no PPGAS/MN, e os arquivos do Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e no Centro Indigenista Missionário (CIMI). A metodologia aplicada será contrastar às informações coletadas, com o material já produzido sobre indigenismo e relações interétnicas (grupos indígenas e órgãos oficiais de tutela), e com os trabalhos sobre instituições totais. Existindo disponibilidade, de recursos e de tempo, é também possível se realizar um curto trabalho de campo entre os Krenak, este ocorrendo o objetivo de realizar uma coleta de dados nos moldes tradicionais da pesquisa de campo em antropologia, como entrevistas, histórias de vida e observação participante.

A partir do quinto mês e até o oitavo mês realizar-se-a a sistematização e cruzamento dos dados levantados. Do oitavo mês, consistirá na discussão e elaboração da dissertação de mestrado.

Bibliografia

- Aconteceu Povos Indígenas 81
- Aconteceu Povos Indígenas 82
- Aconteceu Povos Indígenas 83
- Aconteceu Povos Indígenas 85

Barth, Fredrik

1966 – “Models of Social Organization” *in: Royal Anthropological Institute Occasional Paper no 23*. London.

1969 – “Introduction” *In: Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of cultural difference*, Fredrik Barth (editor). George Allen & Unwin. London. (pags. 9-38)

Bourdieu, Pierre

1989a – “*Le mort saisit le vif*. As Relações entre a história reificada e a história incorporada.” *in: O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Editora Bertrand/DIFEL, páginas 75-106.

1989b – “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região.” *in: O poder simbólico*. Rio de Janeiro/ Lisboa, Editora Bertrand/DIFEL, páginas 107-132.

Dias Filho, Antônio Jonas

1990 – O Outro aprendido: A história do presídio entre os Krenak. Monografia de conclusão do curso de graduação em ciências sociais. Salvador, UFBA, Mimeo.

Corrêa, José Gabriel S.

1998 – Trabalho final do Curso Relações Interétnicas. Rio de Janeiro, PPGAS/MN-UFRJ, Mimeo.

Elias, Norbert

1972 – “Processes of state formation and nation building” in *Trasactions the 7th World Congress of Sociology, vol. III*. International Sociological Association. Geneve.

Fry, Peter

1992 – “Politicamente correto num lugar, incorreto noutro (Relações Raciais no Brasil, Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue)” in: *Estudos Afro-Asiáticos número 21*. Rio de Janeiro, páginas 167-177.

1995-96 – “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre ‘política racial’ no Brasil” in: *Revista USP*. São Paulo, páginas 122-135.

Goffman, Erwin

1987 – Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, Editora Perspectiva.

Lima, Antônio Carlos de Souza

1987 – “Sobre Indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal na primeira república” in: *Sociedades Indígenas e indigenismo no Brasil, João Pacheco de Oliveira (editor)*. Rio de Janeiro/ São Paulo, UFRJ/Marco Zero, pag 149 – 204.

1995 – Um Grande Cerco de paz. Petrópolis, Editora Vozes.

Marcatto, Sônia

1979 – “A repressão contra os Botocudos em Minas Gerais” *in*:
Boletim do Museu do Índio, Etno-história número 1. Rio de
Janeiro, Museu do Índio/Minter.

Martius, Carl Von

1982 – O estado do direito entre os autóctones do Brasil. Belo
Horizonte, Editora Itatiaia.

Melatti, Júlio Cezar

1982 – “A etnologia das populações indígenas do Brasil: nas duas
últimas décadas” *in*: *Anuário Antropológico 80*. Fortaleza/Rio
de Janeiro, edições Universidade Federal do Ceará/ Tempo
Brasileiro (páginas 253-275).

1984 – “A antropologia no Brasil: um roteiro” *in*: *BIB, Boletim
Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de
Janeiro, ANPOCS (páginas 3-52).

1998 – “Por que Áreas Etnográficas?”, volume A e “Leste”, volume E,
in: *Índios da América do Sul – Áreas Etnográficas*. Publicação
para cursos de extensão. Brasília, Departamento de
Antropologia.

Oliveira, João Pacheco

1993 – “A viagem de volta: reelaboração cultural e horizonte político
dos povos indígenas do nordeste.” *in* *Atlas das Terras
indígenas/Nordeste*. Rio de Janeiro, PETI/Museu Nacional,
UFRJ.

1997 – “Perícias sobre terras indígenas: romantismo, negociação política ou aplicação da antropologia”, texto apresentado no Seminário “Ciências Sociais, Estado e Sociedade”. Rio de Janeiro, PPGAS/MN-UFRJ. Mimeo.

1998 – “Situação colonial, territorialização e fluxos culturais: uma etnologia dos índios misturados.” *in: Mana: Estudos de Antropologia Social 4 (1)*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria e PPGAS/MN-UFRJ.

Paraíso, Maria Hilda Baqueiro

1991 – “Os Krenak do Rio Doce, a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra.” *in: Revista de Filosofia e Ciências Humanas, número 2, junho de 1991*. Bahia, UFBA.

1992 – “Os Botocudos e sua trajetória histórica” *in: História dos Índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo, Editora Companhia das Letras.

Peres, Sidnei Clemente

1992 – “Arrendamento e Terras Indígenas. Análise de alguns modelos de ação indigenista no Nordeste (1910 -1960).” Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/MN – UFRJ.

Pollak, Michael

1990 – L’expérience concentracionaire: Essai sur le maintien de l’identité sociale“. Paris. Éditions Métaillié

Santos, Ana Flávia Moreira

1997 – “Índios e posseiros: considerações sobre o conceito de identidade. Uma reavaliação do caso Xacriabá. *in: Anuário Antropológico* 96. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, páginas 127 – 144.

Sigaud, Lygia

1996 – “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos” *in: Estudos Históricos* número 18. Rio de Janeiro, páginas 361-388.

Soares, Geralda

1993 – Os Borum do Watu: Os índios do Rio Doce. Contagem. Cedefes

Warren Jonathan

1997 – Reimagining Indianness: Posttraditional Indians and the politics of race in Brazil. Department of Sociology, University of California at Berkeley. PhD Dissertation.

Cronograma do projeto

- Do primeiro ao quarto mês: Coleta de material em arquivos e levantamento bibliográfico.
- Do quinto ao oitavo mês: Digitação e processamento dos levantamentos.
- Do nono ao décimo primeiro mês: Redação e discussões com o orientador.
- Décimo segundo mês: Revisões e entrega do relatório final.

Notas bibliográficas:

¹ Este tipo de classificação por região etnográfica, como ressalta Pierre Bourdieu (1989b) não deve ser tomada como natural, elas são sim criadas e consagradas nas disputas internas ao campo científico (e às vezes em debates com outros campos) pelo uso desta ou de outra denominação, bem como pelo uso específico dado a ela.

² Esta ausência destes sinais identificadores de sua especificidade é freqüentemente posta em questão tanto por aqueles que estão envolvidos em disputas políticas com estes grupos, bem como pelo senso comum e até por pesquisadores.

³ A valorização do “índio puro”, autêntico não é um desdobramento recente dos trabalhos antropológicos, mas remonta os naturalistas viajantes como Carl Von Martius, que interpretam os índios dentro de uma visão “decadentista”: “...O passado insondável da humanidade americana apresenta-se-nos como um abismo insondável ... Nem ao menos o singelo e modesto musgo que como um símbolo de melancolia cobre as ruínas das grandezas antigas romanas e germânicas se estendeu sobre os restos daquela antigüidade americana: - aí (como por exemplo em Papantla) escuras e antigas matas virgens esconderam debaixo do húmus e dos detritos mortos os monumentos dos povos há muito desaparecidos e tudo que a mão do homem de outrora criara está coberto por camadas de uma decomposição incalculável. A própria raça que desde tempos imemoriais se salvara deste desaparecimento, traz agora, na sua infantil velhice, o cunho de uma degeneração continuada por milênios.”(1982: 15-16).

⁴ A denominação “índios misturados” é utilizada por Oliveira (1997) como uma categoria utilizada para pensar estes grupos que têm sido alvo de políticas de territorialização e contato com outros grupos não autóctones. A utilização dada pelo autor sinaliza para um fenômeno não restrito à “área etnográfica” dos “índios do nordeste”, e que poderia ser (guardadas as especificidades) proposta para outros grupos em situações semelhantes.

⁵ Os trabalhos levantados foram: Maria Hilda Baqueiro Paraíso, artigos para revistas (1991 e 1992), e um artigo introdutório (1992) sobre a história dos Botocudos no livro História dos índios do Brasil; Sônia Marcatto (1979), levantamento publicado no Boletim do Museu do Índio com a denominação de Etno-história Número 1; Geralda Soares (1993), publicação realizada pelo CEDEFES (organização não-governamental criada em 1985 e dedicada “a questão da terra urbana e rural e a questão indígena”) e que pesquisou a história dos Krenak e suas origens, a pedido dos próprios Krenak (segundo Soares); Antônio Jonas Dias Filho (UFBA, 1990), monografia de conclusão da graduação em Ciências Sociais, que trata especificamente do presídio entre os Krenak; Jonathan Warren (Berkeley, 1997), tese de doutorado sobre “os índios do leste”, que cita a existência de 2 presídios indígenas (sic) entre os Krenak; Sidnei Clemente Peres (PPGAS/MN, 1993), dissertação de mestrado sobre arrendamento em terras indígenas, que trata da chegada e dos primeiros anos da atuação do SPI entre os Krenak.

⁶ Seriam eles: Canocira, Kaxixó, Maxakali, Pankararu, Pataxó, Tupinikim e Xakriabá. Apesar da ausência dos Krenak do conjunto de comunidades, sua trajetória e em particular o reformatório (que será tratado mais a frente) são utilizados como exemplos para Warren retrair a trajetória dos “índios do leste”.

⁷ Para uma importante contextualização histórica para a “problemática” levantada por Warren ver Fry (1992, 1995-96); Para uma crítica a pesquisa fundamentada não em problemas sociológicos, mas em de “problemas sociais” ver Sigaud (1996).

⁸ O argumento da pacificação como instrumento para evitar o genocídio, é freqüentemente ligado as atividades tanto de missionários como do próprio órgão indigenista (Lima, 1995: partes 1 e 2).

⁹ “...uma situação histórica se define pela capacidade, por parte de determinados agentes (instituições e organizações) de produzir uma certa ordem política através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos sobre os outros componentes da cena política. A instauração regular dessa dominação pressupõe não somente o uso repetido da força, mas o estabelecimento de diferentes graus de compromisso com os diversos atores existentes, por meio dos quais o grupo dominante passa a articular interesses outros que não os seus próprios, obtendo certa dose de consenso e passando a exercer a dominação com nome de interesse e valores gerais.” (Oliveira, 1997, pag. 4)

¹⁰ Há divergências na bibliografia sobre os Krenak sobre o início do funcionamento do reformatório, já que Antônio Dias Filho (1990), Maria Hilda Paraíso (1991 e 1992) baseada em Dias Filho e Geralda Soares (1993) indicam o ano de 1967 e Sônia Marcatto (1979) fala no início em 1969. O Microfilme 306 do Setor de Documentação do Museu do Índio menciona o ano de 1969, como o ano em que ocorreram reformas, o que da margem a dúvida sobre a existência anterior. Quanto ao ano de fechamento, só Marcatto (1979) menciona

o ano de 1974, sendo que os outros textos não fazem menção, contudo Dias Filho reporta-se a um relatório (sem referência) feito por antropólogos (para a FUNAI) em 1979, que indicava a existência do reformatório .

O reformatório funcionou em continuidade a área ocupada pelos Krenak, portanto com a transferência dos Krenak do Posto Indígena Guido Marlière (Resplendor/MG) para o Posto Indígena Fazenda Guarani (Carmésia/MG) em 1972, o reformatório continua a funcionar na nova área..

¹¹ Ver Bourdieu (1989a) para uma importante crítica as explicações calcadas exclusivamente tanto nos indivíduos, bem como numa coletividade abstrata.